

## Editorial

A figura do professor associada “aos problemas do ensino brasileiro” tem uma história longa. Iniciada nos anos 1850-60, com a exigência governamental de habilitação para o magistério, ela desenha um modelo idealizado de professor. Centrado nas qualidades morais e na aparência física dos candidatos ao exame de habilitação, este modelo foi disseminado pelas escolas normais criadas nos anos 70. Cem anos depois, os programas de capacitação docente, marcantes da política educacional do estado de São Paulo, transformaram este modelo idealizado de professor no bode expiatório da exclusão escolar de segmentos inteiros das classes populares. Esta transformação é a razão de ser de dois dos artigos que compõem este número da revista *Pro-posições*: «Subjetividade e experiência no fazer-se das professoras de Minas no século XIX», de autoria da historiadora Diva Gontijo Muniz, e «Exclusão escolar e formação do magistério», de responsabilidade de Graziela Serroni Perosa e Ana Maria Fonseca de Almeida. E indiretamente, centraliza também o texto de Diva Otero Pavan, intitulado «A Produção do Sucesso Escolar: Família, Escola e Classes Populares».

A partir de três perspectivas analíticas diferentes, as autoras acima chegam a um mesmo resultado ao opor à concepção universalizante do professor - que o considera da mesma maneira em todas as culturas, seja antiga ou contemporânea - a idéia de uma figura que se transforma junto com a sociedade. Os três textos acentuam que o que constitui o professor hoje na sua especificidade é a existência de regras escritas e uniformes codificando as suas práticas; regras estas produzidas e definidas coletivamente pelos agentes sociais que atuam no espaço governamental.

É assim que Diva Muniz, com uma vasta documentação pesquisada no Arquivo Público Mineiro, procura compreender a produção da identidade das professoras mineiras utilizando decretos, ofícios, regulamentos, Leis e matrículas de professoras durante o período monárquico. A análise leva o leitor a acompanhar a lenta transformação do corpo docente de masculino para feminino, com todo «um conjunto de posturas, gestos, atitudes, modo de vestir-se e de pentear-se, compondo o desenho do modelo definido para o exercício do magistério».

Já Graziela Perosa e Ana Maria Almeida demonstram, a partir da análise dos programas de formação em serviço do governo paulista - capacitação docente, no vocabulário oficial -, como foi se produzindo um discurso, desde os anos 1980, sobre a incompetência do professor.

Ao discutir tais programas como expressão de uma determinada maneira de definir quais são os «problemas do ensino brasileiro» e qual o leque de «soluções» para combatê-los, as autoras desvendam as lutas existentes nos bastidores dos órgãos governamentais, entre diferentes agentes, para impor a formulação do problema. Este foi o caso da produção do discurso que priorizou a distribuição de novos recursos financeiros e organizacionais para os cursos de *capacitação docente*, deixando em segundo plano a formação regular de professores. Ou melhor, o discurso que definiu a incompetência do professor em serviço foi o resultado de uma luta travada por diferentes agentes em torno da garantia de condições para distribuição de recursos financeiros. Neste discurso, mesmo incompetente, o professor em serviço continuava a ser idealizado.

O Professor idealizado/incompetente está bem presente, como problema, na pesquisa de Diva Otero Pavan, que levanta as condições objetivas que limitam as possibilidades do professor adquirir os conhecimentos reconhecidos como necessários para o pleno exercício da função docente. Ao construir a biografia de 12 professoras de uma escola pública da periferia de Jundiaí, a autora ressalta o caráter arbitrário da lógica que responsabiliza os professores pelas dificuldades da escolarização pública. Ela explicita a formação dos professores da escola de periferia como pobre de todos os capitais, seja cultural, econômico ou social. «É o que contribui para o papel reprodutor da escola, uma vez que o nível social, econômico e escolar dos professores difere muito pouco do da população do bairro», escreve a autora. «Numa escola de elite, as exigências para a contratação de professores são colocadas ao nível das expectativas das famílias que possuem um volume de capital cultural, econômico e social bem superior ao da escola aqui pesquisada.»

O compromisso dessas famílias de elite com a instrução pública é o tema do artigo de Agueda Bernardete Bittencourt Uhle. A autora, ao investigar a fundação do tradicional Colégio Progresso, na cidade de Campinas no início do século XX, opõe às práticas que guiaram o ensino neste colégio os ideais dos políticos ligados ao partido republicano. Utilizando a biografia do republicano Orosimbo Maia, um dos fundadores do colégio, ela procura compreender o lugar da escola na sociedade republicana do início do século.

Já o artigo de Roberto Grün, «Economia étnica, Teoria Econômica e a *Escola da vida*» ganha interesse por focar não a escola oficial, mas a *escola da vida*, destrinchada a partir de uma minuciosa pesquisa realizada no meio de determinados grupos étnicos minoritários

(armênios, judeus, libaneses). A *escola da vida* é toda uma discussão em torno da relação entre a lógica econômica e a lógica cultural. Entre esses grupos étnicos pesquisados, uma racionalidade «grupal» prepondera face a um esperado predomínio de uma racionalidade «individual». A atitude de cooperação a longo prazo vivida por estes grupos, desafiando os princípios da ação racional na esfera econômica, leva o autor a refletir sobre o significado das restrições à liberdade individual que acompanham a manutenção desses grupos. Elas podem diminuir, ou mesmo desaparecer, se conhecidas de maneira objetiva? «O ato de explicitar a tensão interna pode ajudar os atores a lidar melhor com ela?»

Por fim, o artigo de Maria Alice Nogueira, «Uma dose de Europa ou Estados Unidos para cada filho», discute as estratégias escolares de determinados grupos da classe média visando superar os limites nacionais no contexto atual de mundialização. Ao analisá-las, entretanto, a autora põe em xeque o caráter concorrencial do rendimento escolar. E demonstra que o que está em jogo nas estratégias escolares desses segmentos sociais não é adquirir uma formação, mas sobrepujar o outro.

Os artigos aqui publicados foram, em grande parte, produzidos ou discutidos dentro do FOCUS, Grupo de Pesquisa sobre Instituição Escolar e Organizações Familiares. Com a publicação desse dossiê dedicado às relações escola, família e profissão, o FOCUS prossegue no seu objetivo de interrogar os princípios de interiorização de determinadas crenças sociais preexistentes aos problemas anunciados, procurando construir, para tal, um material empírico informado pelas problemáticas e os métodos das ciências sociais.

Este número da revista *Pró-Posições* conta ainda com duas novas sessões. Uma delas é dedicada a ensaios. A outra, volta-se para o cinema. O ensaio que inaugura a nova sessão é de autoria do Prof. Marcos Falqueiro Falleiro. Intitulado O brasileiro de Manuel Bandeira. A sessão cinevisões, organizada pelo Laboratório OLHO, sob a coordenação do Prof. Dr. Milton José de Almeida, busca uma análise crítica de fundo sobre Imagem e Som. O filme escolhido para este número é *A marca da maldade*, do diretor Orson Wells.

Letícia Bicalho Canêdo\*

---

\* Coordenadora do FOCUS / FE / Unicamp